

## ATA DA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, na Sala nº 502, do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quatorze horas e cinquenta minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNPS reuniu-se em sessão ordinária, com a presença dos seguintes membros: Sidnei Borges Fidalgo, Vice-Presidente do CGFNPS, representante suplente da Secretária Nacional de Segurança Pública e Presidente desta Sessão; Guilherme Zambarda Leonardi, representante suplente do Ministério da Justiça; Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Myron Moraes Pires, representante suplente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho, representante suplente da Procuradoria Geral da República. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação da Ata da 34ª Reunião Extraordinária; 2) Apreciação de 19 projetos estaduais; 3) Apreciação de 04 projetos municipais; 4) Autorização para adequação de valores do projeto de aquisição de helicóptero da Polícia Rodoviária Federal (aprovado na 74ª Reunião Ordinária).

**DELIBERAÇÕES:** Aberta a sessão, o vice-presidente expôs os motivos que impediram o comparecimento da Senhora Presidente à reunião e colocou em apreciação a Ata da 34ª Reunião Extraordinária que foi aprovada sem objeções. Neste contexto, o Conselheiro Felipe Daruich Neto recordou que na sessão anterior, devido a problemas de agenda, ele chegou à reunião após a aprovação da Ata da 76ª Reunião Ordinária. No decurso da reunião, ele recebeu a ata para apor sua assinatura, contudo, ele optou por assiná-la somente ao final da reunião a fim de não prejudicar o acompanhamento dos assuntos que estava em discussão. Encerrada a reunião, ele verificou que na ata aprovada não constava uma observação feita por ele, cujo registro ele considerava necessário. Diante disso, apesar das assinaturas contidas no documento, ele solicitou à secretaria do Conselho a inclusão da observação, ponderando que na reunião subsequente solicitaria a reavaliação da ata e uma nova votação. Após esta manifestação, o Conselho acolheu a proposta de reavaliação da ata da 76ª Reunião Ordinária.

Em seguida, o Engenheiro Welly Lacerda Bonfim apresentou a proposta a seguir detalhada referente à ação apoio à Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública:

	UF	Nº. Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNPS			Contra-partida	Total da Proposta (R\$)
				Capital	Custeio	Total		
1	GO	037327/2011	Construção de prédio anexo à Secretaria da Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás <b>(Emenda Parlamentar)</b> .	2.300.000,00	0,00	2.300.000,00	40.904,57	2.340.904,57

Aberta a palavra, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira anunciou que estava em fase de conclusão um projeto de lei objetivando a alteração da Lei nº 10.201/2001 porque nela não está explícito o apoio a projetos de obra de construção, os quais são aprovados pelo Ministério da Justiça com fulcro na expressão “dentre outros” consignada no caput do art. 4º da referida Lei. O Conselheiro acrescentou que no projeto de lei mencionado será proposto que os recursos destinados aos projetos contemplados pela expressão “dentre outros” não ultrapasse 10% do total de recursos destinados aos projetos efetivamente alcançados pelos incisos I a V do art. 4º da Lei em comento. Em seguida, os Conselheiros fizeram comentários sobre as reiteradas discussões do colegiado acerca do fundamento legal dos projetos de obras e elogiaram a alteração anunciada visto que solucionará freqüentes divergências acerca do tema. Finda as manifestações, a proposta foi colocada em votação e foi reprovada porque o projeto destina-se a fins administrativos e logísticos e não à atividade operacional da polícia. No entender do Colegiado, as propostas com esta finalidade devem ser financiadas pelos Entes Federativos, cabendo à União apoiar projetos que impactam diretamente a segurança pública. Registra-se que no decorrer da votação do pleito foi observado que a ordem de votação instituída no § 4º do art. 8º do Regimento Interno do Colegiado não estava sendo obedecida, visto que o Presidente deveria ter sido o primeiro a proferir o voto e não o

último. O presidente, que ainda não havia proferido o voto, acatou a observação e declarou que se absteria de votar nesta proposta.

Com a palavra, o servidor Fabio Manhaes Xavier, Coordenador-Geral de Ensino do Departamento de Pesquisa e Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – DEPAID, ressaltou que as propostas destinadas aos Estados-Sede da Copa 2014 seriam apresentadas primeiro e após seriam apresentadas as últimas propostas do Edital nº 02/DEPAID/SENASP. Em seguida, ele fez um rápido comentário destacando de forma genérica os projetos da COPA e após convidou o servidor Hércules Freitas para apresentar as propostas individualmente. O servidor explicou que foram apresentadas 19 propostas, sendo que na pauta constavam quinze e quatro seriam apresentadas na próxima reunião. Em seguida, ele apresentou cada uma das propostas discriminadas na tabela abaixo. Ressalta-se que estas propostas estão inseridas no âmbito da ação denominada: Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014:

	UF	Nº- Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNSP			Contra- partida	Total da Proposta
				Capital	Custeio	Total		
1	MT	064095/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino do Corpo de Bombeiro Militar do Mato Grosso, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	842.907,81	130.918,37	973.826,18	9.836,63	983.662,81
2	SP	063612/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	1.139.226,22	435.050,35	1.574.276,57	34.438,41	1.608.714,98
3	PR	064044/ 2011	Reestruturar na Escola Superior de Polícia Civil do Paraná, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	557.639,11	0,00	557.639,11	11.380,39	569.019,50
4	PR	064107 /2011	Estruturar nas Unidades de Ensino do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	1.106.195,53	12.651,40	1.118.846,93	22.833,61	1.141.680,54
5	PR	064098/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino da Academia Policial Militar (APMG) do Paraná, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	1.696.265,94	46.449,16	1.742.715,10	35.565,61	1.778.280,71
6	PE	063538/ 2011	Estruturar nos Campi de Ensino da Academia Integrada de Defesa Social de Pernambuco, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	2.768.670,13	1.715.977,53	4.484.647,66	45.299,47	4.529.947,13
7	RS	062447/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública da Academia de Polícia Civil do Rio Grande do Sul ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	689.587,12	472.836,82	1.162.423,94	23.786,37	1.186.210,31
8	RN	062005/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública do Rio Grande do Norte, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	1.664.729,18	152.508,62	1.817.237,80	21.305,10	1.838.542,90

9	AM	064089/ 2011	Estruturação das Unidades de Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública do Amazonas, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas a capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	1.961.393,23	812.495,00	2.773.888,23	28.019,07	2.801.907,30
10	RJ	064084/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública do Rio de Janeiro, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	624.020,88	141.093,81	765.114,69	15.789,24	780.903,93
11	RJ	064103/ 2011	Estruturar as Unidades de Ensino de Segurança Pública, com ambientes adequados para a realização dos Cursos de Especialistas e Multiplicadores nas temáticas designadas ao Estado do Rio de Janeiro no projeto de Capacitação da Copa do Mundo FIFA de 2011 – SENASP/SESSEGE.	2.185.989,29	308.506,52	2.494.495,81	50.908,08	2.545.403,89
12	DF	063925/2 011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública do Distrito Federal, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	1.886.225,01	206.807,67	2.093.032,68	27.210,40	2.120.243,08
13	BA	063788/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública do Estado da Bahia, ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	3.018.628,43	1.073.166,58	4.091.795,01	43.112,50	4.134.907,51
14	CE	063973/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública do Estado do Ceará ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	2.383.710,12	852.175,59	3.235.885,71	32.685,71	3.268.571,42
15	MG	060402/ 2011	Estruturar nas Unidades de Ensino de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais ambientes didáticos visando implementar ações destinadas à capacitação de profissionais de Segurança Pública para atuação na Copa do Mundo FIFA de 2014.	2.899.132,63	821.029,23	3.720.161,86	75.921,67	3.796.083,53
<b>TOTAL</b>				<b>22.405.692,20</b>	<b>7.191.666,65</b>	<b>32.605.987,28</b>	<b>478.092,26</b>	<b>33.084.079,54</b>

Finda a exposição, a Dra. Isabel Seixas de Figueiredo, Diretora do DEPAID, juntamente com os servidores Fabio Manhaes Xavier e Hércules Freitas responderam diversas indagações dos Conselheiros não só referentes aos pleitos apresentados como também sobre vários assuntos relacionados à atuação e à capacitação dos policiais estaduais e federais no contexto dos grandes eventos. Respondidas as perguntas apresentadas, este bloco de propostas foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Cabe consignar, que o Conselheiro Felipe Daruich Neto voltou a destacar a importância de se observar ocorrência de sobreposição de atendimento de pleitos. A Dra. Isabel declarou que os projetos em pauta não continham sobreposição e ressaltou que ficou acordado que no início do próximo ano o DEPAID apresentaria ao Colegiado um relatório com os repasses feitos para os Estados com a finalidade de atender demandas da Copa tanto neste exercício como em exercícios anteriores.

As propostas relacionadas ao Edital nº 02/DEPAID/SENASP inserem-se no contexto da Ação Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional e foram expostas pelo servidor Ademarcio de Moraes, a saber:

	UF	Nº. Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNSP			Contra- partida	Total da Proposta (R\$)
				Capital	Custeio	Total		
1	SE	048124/ 2011	Capacitação dos profissionais de Segurança Pública e aprimoramento das instalações físicas das instituições de ensino da Segurança Pública de Sergipe.	798.791,47	636.658,30	1.435.449,77	32.250,00	1.467.699,77

2	DF	047591/ 2011	Aprimoramento das estruturas físicas das unidades de ensino das Instituições de Segurança Pública do DF, criação da Escola Itinerante em Segurança Pública e profissionalização dos servidores da Segurança Pública por meio de Cursos de Especialização em áreas específicas.	368.000,00	824.515,89	1.192.515,89	12.045,62	1.204.561,51
<b>TOTAL</b>				<b>1.166.791,47</b>	<b>1.461.174,19</b>	<b>2.627.965,66</b>	<b>44.295,62</b>	<b>2.672.261,28</b>

A proposta de Sergipe foi aprovada sem objeções. A proposta do DF voltou à pauta porque o colegiado observou que o preço apresentando para o ônibus escola estava muito elevado quando comparado com pleitos de outros Estados; no contexto das discussões foi sugerido que seria mais econômico substituir o ônibus por um trailer e os representantes do DF presentes naquela reunião acolherem a idéia apresentada. Diante disto, o Ente procedeu à alteração sugerida, contudo utilizou o valor economizado inserindo novos itens na proposta. Alguns conselheiros ao analisar a adequação feita alegaram que foi acordado que um item da proposta seria substituído por outro, mantendo-se o pedido inicial, porém com a inserção de novas demandas, a proposta passava a ter outro formato. A Dra. Isabel esclareceu que em seu entendimento o valor total da proposta permaneceria porque estava compatível com os critérios do edital. O Presidente declarou que também teve o mesmo entendimento. Os conselheiros que estavam presentes na reunião afirmaram que não tiveram o entendimento do Presidente e ponderaram que já havia sido declarado à SENASP que não compete ao Colegiado aprovar o conteúdo de editais e sim deliberar sobre os projetos ali apresentados. Na seqüência, o Presidente explicou aos Conselheiros que não estavam presentes naquela reunião os fatos que ensejaram a solicitação de alteração da proposta. Após estes esclarecimentos, os conselheiros abordaram os seguintes assuntos: a não vinculação do Colegiado ao Edital; a manutenção dos valores de custeio e capital conforme edital frente à possibilidade do colegiado propor mudança em determinada proposta; o papel dos Conselheiros em relação ao Fundo; a singularidade do DF no contexto nacional; a supremacia do colegiado frente às decisões da SENASP, dentre outros assuntos. Por fim, o colegiado decidiu aprovar o pleito com a exclusão dos acréscimos, devendo a proposta ser ajustada no SICONV, conforme deliberado. Encerrada a votação, a Dra. Isabel fez os seguintes destaques: ressaltou a importância da publicação de editais; destacou a necessidade de avaliar e aprimorar o processo de elaboração de edital a fim de evitar que situações como a ocorrida com o DF volte ocorrer; salientou que a alteração de critérios técnicos defendidos não só fragiliza a área técnica como também pode desacreditar o edital e propôs a inserção do Colegiado neste processo de discussão. Dito isto, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho destacou que iniciativas como a publicação de editais são louváveis, porém o Conselho não pode opinar acerca das regras ou dos critérios que compõem qualquer edital sobre o qual terá que deliberar, uma vez que todas as decisões futuras estariam vinculadas ao edital e desta forma o colegiado ficaria impedido propor correções, como no caso da proposta ora apreciada. O Presidente declarou que a SENASP precisava reavaliar o processo de editais, debatendo e discutindo questões e procedimentos técnicos com vistas ao aprimoramento da qualidade técnica das propostas para que elas cheguem ao Colegiado com o mínimo de erro possível. Após o encerramento deste ponto de pauta, conforme anunciado no início da reunião, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho declarou que deixaria a reunião para cumprir agenda inadiável em seu órgão de trabalho, antes, porém, ele informou que infelizmente na próxima semana não poderia comparecer à reunião extraordinária do Colegiado porque já havia confirmado a participação dele em diversos compromissos do Ministério Público.

Em seguida, o servidor Rodrigo César de Melo apresentou a proposta abaixo discriminada referente à ação denominada: Reparcelamento e Modernização dos Órgãos de Segurança, que foi aprovada sem a necessidade de registros especiais.

	UF	Nº. Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNSP			Contra- partida	Total da Proposta (R\$)
				Capital	Custeio	Total		
1	MA	037140/ 2011	Reaparelamento do Corpo de bombeiros localizado no município de Timon/MA, mediante a aquisição de veículos, equipamentos de proteção individual e demais instrumentos de resgate ( <b>Emenda Parlamentar</b> )	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	10.200,00	1.010.200,00

As servidoras Cristina Gross Villanova e Cátia Simone Gonçalves Emanuelli apresentaram as seguintes propostas municipais:

	UF	Nº Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNSP			Contra-partida	Total da Proposta
				Custeio	Capital	Total		
1	Salvador/BA	32233/2011	Aquisição de equipamentos para o aparelhamento da estrutura administrativa e operacional da Guarda Municipal do Salvador, visando à prática da segurança preventiva com mais atuação junto à comunidade <b>(Emenda Parlamentar)</b>	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	15.966,67	1.015.966,67
2	Canoas/RS	32638/2011	Potencialização das ações da Guarda Municipal por meio da aquisição de equipamentos (veículos), visando à melhoria do atendimento prestado à população na prevenção da violência e criminalidade – Guarda Municipal de Canoas/RS <b>(Emenda Parlamentar)</b>	0,00	500.000,00	500.000,00	36.016,81	536.016,81
3	Betim/MG	050067/2011	Implantar o projeto Educando para a Vida nas localidades de Jardim das Alterosas, Citrolândia e Jardim Teresópolis do Município de Betim/ MG, visando promover ação de prevenção à criminalidade e envolvimento com tráfico de drogas com crianças e adolescentes, da rede pública de ensino, por meio de debates, formação lúdica e rodas de conversas coordenados por Guardas Municipais capacitados para esta ação <b>(Edital nº 03/2011/SENASP)</b>	168.756,00	0,00	168.756,00	3.444,00	172.200,00
4	SC	63716/2011	Dotar a Divisão de Repressão de Entorpecentes da DEIC, as Divisões de Investigações Criminais – DICs e a Delegacia Especializada de Homicídios da Capital de equipamentos permanentes e de consumo para melhoria da investigação policial e da resolução das ocorrências policiais, com vistas à eficiência do trabalho policial e eficácia da persecução penal <b>(Emenda Parlamentar)</b>	157.062,40	4.610.644,60	4.767.707,00	97.301,00	4.865.008,00
<b>TOTAL</b>				<b>325.818,40</b>	<b>6.110.644,60</b>	<b>6.436.463,00</b>	<b>152.728,48</b>	<b>6.589.191,48</b>

A proposta de Canoas/RS foi reapresentada ao Colegiado em virtude dos apontamentos feitos na 75ª Reunião Ordinária realizada em 17/10/2011. Registra-se que as propostas de Betim/MG e Santa Catarina referem-se à ação Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade e as propostas de Salvador/BA e Canoas/RS referem-se à ação Reparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança. No tocante ao projeto de Canoas, solicitou o conselheiro Carlos Humberto que constasse do instrumento firmado com o município recomendação para que os equipamentos e materiais incluídos no projeto não fossem utilizados na execução de ações para as quais os órgãos municipais não teriam competência legal, tais como policiamento ostensivo e investigação criminal. A servidora Cátia ao apresentar a proposta de Santa Catarina esclareceu que o pleito era oriundo de uma emenda parlamentar que totalizava R\$ 17 milhões, os quais foram repartidos entre 04 propostas, sendo que 03 ainda encontravam-se sob análise e possivelmente serão apresentadas na próxima reunião. Finda a exposição, os questionamentos apresentados pelo colegiado foram respondidos e após as propostas foram colocadas em votação e aprovadas por unanimidade.

Dando prosseguimento, o Presidente anunciou a presença da Dra. Maria Alice Nascimento Souza, Diretora Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF e convidou o Inspetor Luciano da Silva Fernandes para apresentar o pleito do DPRF. Este servidor explicou que na 74ª Reunião Ordinária realizada em 14/09/2011 foi aprovada a aquisição de 02 helicópteros para resgate aeromédico no valor total de R\$ 23.200.000,00. Diante disto, foi iniciado o procedimento licitatório e publicado o Pregão Presencial Internacional nº 39/2011, contudo foi observada uma variação cambial entre as



propostas comerciais apresentadas inicialmente e as propostas apresentadas no âmbito do citado pregão. Na seqüência, o servidor fez uma exposição detalhada citando diversas aquisições (públicas e privadas) deste tipo de aeronave realizadas no período de setembro a dezembro/2011, enfatizando as oscilações do dólar observadas no período. Franqueada a palavra, os Conselheiros comentaram os seguintes assuntos: as dificuldades enfrentadas pela administração pública na execução de projetos cujo valor do bem é cotado em dólar; a diferença entre o valor inicial e o valor efetivamente licitado; a importância das aeronaves para o DPRF durante e após os grandes eventos, dentre outros assuntos. Após estas manifestações, o acréscimo solicitado, no valor de R\$ 15.427.032,00, foi aprovado por unanimidade. Dessa forma, o custo para aquisição das duas aeronaves totalizará R\$ 38.627.032,00. Por fim, registra-se que o recurso do projeto refere-se à ação orçamentária denominada: Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014.

Encerrada a pauta, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira declarou que há alguns anos ele vem observando que diversos semáforos do Distrito Federal tiveram o tempo de espera reduzido entre o sinal amarelo e o sinal vermelho. O Conselheiro destacou que o fato é prejudicial porque dá a entender que para o órgão de trânsito a arrecadação é mais importante que o processo de educação do cidadão. Ele declarou que discordava desta atitude porque o interesse do Estado não pode sobrepor o interesse do cidadão. Neste contexto, a Dra. Maria Alice Nascimento de Souza, declarou que o DPRF possui uma cadeira no Conselho Nacional de Trânsito/DENATRAN/MC que ela poderia levar este assunto para ser analisado por aquele Colegiado. Após mais algumas considerações sobre este assunto, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira propôs que fosse aprovada a apresentação de uma moção do Conselho Gestor do Fundo ao Governo do Distrito Federal neste sentido. A proposta foi aceita pelos demais conselheiros.

Por fim, o Presidente informou que a SENASP necessitava que fosse marcada uma reunião extraordinária porque muitos projetos ainda estavam sendo finalizados pelas áreas técnicas. Dito isto, ele solicitou autorização para a realização de reunião extraordinária e com a aquiescência dos Conselheiros a reunião foi marcada para o dia 14/12/2011.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezoito horas e quarenta minutos deste dia. E, para constar, esta Ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

**Sidnei Borges Fidalgo**  
Presidente da Sessão

**Guilherme Zambarda Leonardi**  
Ministério da Justiça

**Felipe Daruich Neto**  
Ministério do Planejamento, Orçamento e  
Gestão

**Carlos Humberto Oliveira**  
Casa Civil da Presidência da República

**Myron Moraes Pires**  
Gabinete de Segurança Institucional da  
Presidência da República

**Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho**  
Procuradoria Geral da República